

# Direitos humanos e participação popular

Nilma Renildes da Silva

**Como citar:** SILVA, N. R. D. Direitos humanos e participação popular. *In* : BRABO, T. S. A. M. (org.). **Direitos humanos, educação e participação popular** : 50 anos do golpe militar. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.111-122. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7983-595-7.p111-122>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

*Nilma Renildes da Silva*

*Também enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós”. (HELLER, 1985, p. 21, grifo nosso).*

## PARTE I – O DEVER DA PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA

O texto que se segue é fundamentado na articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária sobre a temática da atividade e finalidade do Psicólogo na comunidade. Resultado de pesquisas e ações realizadas com população residente em bairros periféricos numa cidade do interior do Estado de São Paulo, usuária dos Serviços de Assistência Social. Buscaremos expor as contribuições da Psicologia Social e Comunitária (PSC) na busca da garantia dos direitos humanos<sup>1</sup> nas suas

<sup>1</sup> Nas décadas de 1960/1970 a partir do contexto social, econômico e político vivenciado pelo Brasil e outros países da América Latina, alguns profissionais da Psicologia Social questionaram o fazer psicológico naquele momento histórico. Por meio das constatações da tradição biologista, pragmática e ideológica ou sociológica da Psicologia e especificamente da Psicologia Social, ou seja, da tradição positivista desta área do conhecimento, que não contribuía para uma atuação psicossocial com os indivíduos na sua realidade concreta; percebeu-se dois fatos fundamentais: 1-) “o homem não sobrevive a não ser em relação com outros homens, portanto a dicotomia indivíduo x grupo é falsa... 2-) a sua participação, as suas ações, por estarem em grupo, dependem fundamentalmente da aquisição da *linguagem* que pré-existe ao indivíduo, como código produzido historicamente pela sociedade (*langue*), mas que ele apreende na sua relação específica com outros indivíduos (*parole*). Se a língua traz em seu código significados, para o indivíduo as palavras terão um sentido pessoal decorrente da relação entre pensamento e ação, mediadas pelos outros significativos.” (LANE, 1984a, p. 16). Para a superação daqueles constructos teóricos/metodológicos, Lane (1984a) propôs uma nova concepção de homem para a Psicologia

diferentes dimensões, com as populações consideradas pelas políticas públicas vigentes, como em situação de risco ou em estado de vulnerabilidade social, bem como, apresentar o processo grupal como método utilizado nas atuações e pesquisas desta área da Psicologia.

Para este trabalho não se pretende esgotar a discussão, mas pensamos ser bastante oportuno iniciar nossa interlocução explicitando nosso ponto de partida da elaboração de nossas contribuições. As ações, estudos e pesquisas em Psicologia Social e Comunitária<sup>2</sup> aqui apresentada tem seu fundamento na ontologia marxiana, que concebe os homens como seres ativos, sociais e históricos; a sociedade como produto das relações sociais que os homens estabeleceram do decorrer do processo histórico por meio do trabalho, entendido como atividade vital humana – traço ineliminável do homem, visto que esse para viver tem que produzir incessantemente seus meios de existência. Desta forma não compreendemos os fenômenos psicossociais dicotomizados entre homem e sociedade, tampouco naturalizados.

Esta disciplina tem como um dos objetos de atuação o desvelamento da ideologia<sup>3</sup> dominante presentificada nas relações sociais, as quais os indivíduos interiorizam e reproduzem sem ter consciência dessa vinculação; uma vez que, sob o jugo do capitalismo os homens encontram-se divididos em classes sociais e nas circunstâncias sociais atuais o trabalho como atividade vital humana encontra-se em seu mais alto nível de alienação<sup>4</sup>, o que impede os indivíduos de perceberem que é:

---

Social. Para realizar esta transição no conhecimento ela fundamentou suas pesquisas e intervenções na dialética marxista e nos pressupostos de Leontiev (1978) que atividade, consciência e personalidade as categorias fundamentais de análise do fato psicológico, tendo como de partida essencial a linguagem, o discurso produzido pelo indivíduo que transmite a representação que ele tem do mundo e da sua realidade subjetiva. Nas buscas de superação da personalidade como um dado inato entre outros adjetivos Ciampa (1987) propõe o conceito de Identidade como metamorfose e esta passa a ser também uma questão política imbricada tanto na atividade de cada sujeito quanto nas condições sociais, substituindo assim a categoria personalidade. Para este novo fazer psicológico criou-se a Psicologia Social e Comunitária. Naquele momento como recursos metodológicos utilizava-se a Pedagogia de Paulo Freire, as Dinâmicas de Grupo de Kurt Lewin. Introduziu a Pesquisa Ação e a Pesquisa Ação Participante. Atualmente em nossos trabalhos esses métodos, bem como a metodologia da Pedagogia Histórico-Crítica, estão subsumidos nas atividades do processo grupal.

<sup>2</sup> O conceito de Ideologia baseado em Marx e Engels. *A ideologia alemã*. 1845/1846 é basilar nesta disciplina, mas indicamos como leitura complementar Michael Lowi. *Ideologias e ciência social*: elementos para uma análise marxista. Louis Althusser. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Entre outros autores.

<sup>3</sup> Para aprofundar sobre o conceito de alienação ver: 1- Karl Marx. *O Trabalho Alienado nos Manuscritos Econômicos - Filosóficos*. Tradução de 1975. Edições 70. Lisboa. 2- Agnes Heller. *O cotidiano e a história* (1985) e *Sociologia da vida cotidiana* (1977).

<sup>4</sup> Pressupõe-se que o leitor tenha domínio do conhecimento sobre as diferentes formas de organização social e do atual momento da sociedade capitalista.

[...] indiscutível que no movimento da reestruturação produtiva<sup>5</sup>, que o capital vem organizando desde a sua crise geral das décadas 1970 e 1980, tem se constituído como sua estratégia principal dos capitalistas liberar-se de todo e qualquer compromisso com a satisfação das necessidades reais da população e da ampliação da cidadania. (DIAS, 1998, p. 49).

Portanto, o fazer da PSC deve estar comprometido com as camadas da sociedade que estão à margem dos processos de sociabilidade que comprometem a sua existência, esvaziando-as de humanidade – entendida, como um processo de apropriação e objetivação das obras socialmente construídas pelos homens ao longo da história humana. Nesse sentido, sua atuação busca desvelar as mediações por meio das quais as necessidades de uma classe social se convertem em imperativos interiorizados pelos atores sociais, o que constrói uma falsa consciência da realidade social.

Desvelar as condições sociais que impedem os indivíduos de serem sujeitos históricos, de construírem uma individualidade crítica, de construção da consciência de si e para si<sup>6</sup>, é especificamente o devir desta disciplina como campo de atuação, neste sentido o trabalho ora apresentado visa instrumentalizar grupos e comunidades para desenvolverem atividades intencionalmente comprometidas com a transformação da sua realidade concreta e das condições sociais nas quais estão imersos. A Psicologia Social e Comunitária tem a pretensão de formar Psicólogos para atuarem compreendendo o homem em seu caráter fundamentalmente ativo em face ao seu devir histórico-social.

## **PARTE II - O PROCESSO GRUPAL COMO MÉTODO DE ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA TENDO EM FOCO AS CATEGORIAS DE IDENTIDADE, ATIVIDADE E CONSCIÊNCIA.**

Um aspecto fundamental é a noção de que as ações desenvolvidas pela Psicologia Social e Comunitária priorizam o processo grupal, como método de atuação. De acordo com Silvia Lane (1984b) e Martín-Baró (1989) o grupo favorece a identificação das diferenças e das semelhanças nas experiências individuais dos participantes, em relação às problemáti-

<sup>5</sup> Idem nota de rodapé 4. Ver também Iasi (2006).

<sup>6</sup> “A educação dos cinco sentidos é obra de toda a história do mundo até hoje” (MARX, 2004, p. 91).

cas discutidas facilita a problematização e instrumentalização, por meio da confrontação valores, experiências, sentimentos e das informações oriundas do senso comum e do conhecimento científico. Em nossa prática cotidiana, percebemos também que esta forma de atuação possibilita as trocas de experiências e conhecimento entre os membros do grupo beneficiando o desenvolvimento dos mesmos e do grupo enquanto tal. Para discutir sobre o conceito de processo grupal como método de intervenção e pesquisa, reproduzirei com modificações trechos de minha tese de doutorado intitulada – Relações Sociais Para Superação da Violência no Cotidiano Escolar e Processos Formativos de Professores – PUC/SP, 2006.

Os processos grupais constituem como contextos singulares para ações de sociabilidade – de assimilação das relações sociais – reconhecimento do eu e do outro e de ações educativas, numa compreensão de educação para além dos espaços formais para a Educação. Nele colocam-se em ação os cinco sentidos<sup>7</sup>, o pensamento, a linguagem, a memória, os afetos e outros processos inerentes ao ser social, bem como, explicita-se a cooptação do ser pela ideologia dominante. É possível também perceber nas relações grupais a ação do poder. Portanto, *“seja como recurso da pesquisa, seja como referência teórica, são espaços privilegiados [os grupos] para uma análise teórico-prática dos avanços das consciências individuais envolvidas neste processo”*. (LANE, 1996, p. 32, grifo nosso). Os processos grupais tanto podem reproduzir o modo de ser dominante na/da sociedade como espelhar a *práxis* como atividade humana transformadora e criativa.

Martín-Baró (1989) refere-se aos processos grupais como uma estrutura de vínculos e relações entre os participantes que canaliza, em cada circunstância, as suas necessidades individuais e os interesses coletivos. O grupo tem sempre uma dimensão referida a seus membros e uma dimensão mais estrutural, referida à sociedade em que se produz. Ambas as dimensões, a pessoal e a estrutural, estão intrinsecamente ligadas entre si. Outro parâmetro proposto por este autor em relação ao processo grupal é a questão do poder, que, para ele, não é um dado abstrato, mas que aparece em cada relação concreta. O poder de um grupo tem de ser examinado à luz de sua situação particular, em uma determinada sociedade, que diferentes recursos troca nas suas relações com os demais grupamentos sociais.

<sup>7</sup> Conceito de comunidade ver: HELLER (1985); SAWAIA (1996).

Assim, um grupo será poderoso sempre que conseguir tais diferenciais, digamos que vantajosos, nas suas relações com outros grupos, que lhe permitam alcançar seus objetivos e também, se impor em relação às suas reivindicações. Nesse sentido, observamos em nossas atividades que os indivíduos que aceitam participar o fazem muitas vezes, buscando apenas uma possibilidade de ingressar num grupo que discutirá suas problemáticas pessoais. No decorrer do processo grupal, nas trocas de informações e conhecimentos, percebem que muitas das questões e expectativas trazidas, não são apenas suas e muitas vezes são originadas em suas vivências pessoais, mas fortemente marcadas pelas pressões sociais, ou seja, pelo mundo externo, e neste processo transformam-se, organizam-se para buscar soluções coletivas para as suas questões.

É importante que observemos o poder no cotidiano, pois este tende a ocultar-se, negar-se como tal. A naturalização das regras, dos valores, dos papéis sociais, das instituições, podem nos servir de exemplo para refletirmos sobre a existência do poder nas relações sociais. Tal naturalização não se mantém sem o poder. O fato é que, mediante o poder, um dos sujeitos da relação se torna *dominador* (do latim *dominus*), o outro se torna dominado, perdendo o domínio sobre si mesmo, privado em sua liberdade. Muitas vezes, o poder oculta-se por trás de formas muito sutis de dominação, realidade comumente observada nas atividades que desenvolvemos. Por exemplo, a partir do momento que o grupo se organiza para buscar realizar suas reivindicações, as instituições/entidades rompem os convênios com os estágios, com a extensão que está sendo desenvolvida, tornam mais burocráticos os processos de pesquisa. O contrário também se observa: muitas vezes não nos permitem interromper as atividades. Isso pode trazer duas consequências, dependendo do momento em que se encontra a atividade e suas relações com os serviços, comunidade etc. uma a atividade pode se efetivar, mas a outra consequência pode não ser tão positiva quanto à primeira, haja vista que a atividade – fim da formação – pode ficar subsumida “numa pseudo prestação de serviços à comunidade”.

Martín-Baró (1989) ainda em relação ao poder, aponta suas características: ele está presente onde há relações sociais, seja entre pessoas ou entre grupos. Não pode ser confundido com as coisas em que se embasa ou de que se usa instrumentalmente; trata-se de uma qualidade de alguém,

pessoa ou grupo, em relação a outras pessoas ou grupos; trata-se de um fenômeno social, não meramente individual. A natureza relacional do poder significa que as relações sociais têm com frequência um caráter de oposição e conflito, e que a relação mesma é determinada, em parte, pela assimetria em que emerge o poder. Nesse sentido o poder é concreto. Como exemplo, podemos citar que em relação aos direitos humanos sociais, as políticas públicas de garantia dos mesmos, são constantemente negligenciadas.

Nesse sentido, por meio das atividades de estágio, pesquisa e extensão da PSC temos a possibilidade de discutir e refletir junto com diversos grupos dos diferentes segmentos sociais, sobre o aviltamento desses direitos e a não alocação de recursos para determinados serviços e ou programas sociais. Nesse caso, os participantes de posse de informação e conhecimento sobre seus direitos e como eles estão sendo negligenciados, tem a condição de se organizar para exigir o cumprimento e a garantia desses. O caráter assimétrico do poder a respeito de determinado objeto ou âmbito, leva-nos a considerar que ele está disseminado por todo o emaranhado da vida social.

Outra característica do poder seria que ele produz um efeito na mesma relação social. Esse efeito ocorre tanto sobre o objeto da relação, como sobre as pessoas ou grupos relacionados. O resultado mais visível do poder está no comportamento dos envolvidos na relação: a submissão de um, o exercício da autoridade do outro. O poder gera uma realidade atualizada dessa relação, o dominante define a si mesmo como tal e define o outro partindo desse seu referencial. Por exemplo, equipes gestoras de políticas públicas de garantia de direitos definem de seus “lugares” os programas a serem implantados em determinada comunidade<sup>8</sup>, autorizam a si mesmas como capacitadas: técnico, científico, profissional, econômica, moralmente etc. Não submetem suas propostas aos membros da comunidade. Uma das consequências deste uso do poder é nos impelir a pensar que estes programas ocultam seu verdadeiro foco: tornar a população cada vez mais passiva e submissa à ideologia dominante.

Os processos grupais permitem aos indivíduos perceberem-se como participantes inseridos numa estrutura social e histórica, o que possibilita, caso estejam instrumentalizados, para a participação popular e impulsionar trocas de recursos que auxiliarão na construção de uma pro-

posta de intervenção em situações em que a desumanização se apresente, de acordo com as possibilidades que o seu papel social lhe oferece. Nesse sentido, o processo grupal a partir de sua atividade, sua identidade e usando o poder de que se imbuí, tem possibilitado aos seus participantes a troca de experiências, o enfrentamento dos diferentes sentimentos que emergem neste processo de participação e de situações provocadas por estarmos inseridos numa sociedade classista, num momento histórico em que essa para sobreviver desumaniza cada vez mais seus partícipes.

### **PARTE III – RELATO DE UMA ATIVIDADE PARA EXEMPLIFICAR A DISCUSSÃO**

Nestas atividades, nos processos grupais em andamento, para a construção do projeto de atuação do ano vigente, os discentes se apropriam do histórico daquele grupo e dos conteúdos desenvolvidos nos anos anteriores. Isso não significa que temas já refletidos e discutidos por aquele grupo não serão mais colocados em pauta. Se os participantes entenderem que é necessário, querem atualizar ou aprofundar o conteúdo ele é novamente focado. É comum em grupos de terceira idade rediscutir temas como: o Estatuto do Idoso, Processo saúde-doença e alimentação e etc. Assim como em grupos com adolescentes é recorrente repor a discussão sobre: a forma de organização social capitalista, sexualidade, processo de formação de identidade, projeto de profissional, projeto de vida etc. Em grupos de mulheres repõe a discussões sobre violência doméstica, processo saúde doença, processo de desenvolvimento humano e seus desdobramentos e o papel da mulher na sociedade capitalista entre outros.

Nos processos grupais, nos quais a atividade vai iniciar realiza-se a análise institucional da entidade ou instituição e busca conhecer a comunidade realizando o mapeamento do território, no qual a atividade se desenvolverá. Realizar o levantamento da demanda da instituição e dos futuros participantes, bem como, também, se sugere conteúdos para serem desenvolvidos. Há grupos que estão em atividade há muito anos, nesse caso, refaz-se o mapeamento e se atualiza dados da população.

Todas as atividades desenvolvidas nos processos grupais são realizadas com a mediação de técnicas de dinâmicas de grupo, técnicas pedagógicas e outros recursos que servirão de mediação instrumental para a



apropriação dos conteúdos a serem discutidos. São desenvolvidas semanalmente por mais de um discente com supervisões semanais. Estes instrumentalizados pela supervisão constroem o projeto de trabalho a partir das análises realizadas, levando em consideração as ações já desenvolvidas, no caso de processos grupais em andamento; programam e avaliam o desenvolvimento das ações proposta a partir dos planos de ação; organizam a sistemática das intervenções realizadas, relatando as discussões na supervisão de estágio e armazenando os dados. Muitas vezes divulgam as atividades realizadas em eventos científicos e culturais.

A atividade que apresentamos como exemplo está mais articulada aos estágios em Psicologia Social e Comunitária e em pesquisas sobre as condições psicossociais das pessoas idosas. O Processo Grupal desenvolvido com Idosas [atividade semelhante vem sendo desenvolvida com grupos de mulheres]: Trabalho iniciado em 2008, até 2010 havia a participação de um homem atualmente participam de 15 a 20 mulheres nas reuniões semanais, quando são programadas atividades externas este número aumenta. Como parte integrante dos projetos desenvolvidos com grupos comunitários as visitas domiciliares são fundamentais e tem como função a observação dos fatos que ocorrem na comunidade bem como, observarmos de acordo com as possibilidades, as dinâmicas familiares e as vivências pessoais. Elas propiciam conhecer e ou aprofundar o conhecimento que temos sobre a realidade concreta e as histórias de vida de cada participante; atentar para as condições físicas, psíquicas, econômicas e sociais de cada idosa do grupo; conhecer e discutir sobre a participação delas em outras atividades sociais.

As visitas domiciliares só ocorrem quando as participantes concordam e conhecem seus objetivos. Elas têm propiciado uma maior aproximação entre as participantes e os discentes que desenvolvem a atividade. Criam-se laços afetivos que enriquecem a participação no grupo e fortalecem vínculos que por sua vez fortalecem o processo grupal.

Os objetivos propostos para o processo grupal com as idosas são: possibilitar reflexões que as situem como sujeitos históricos e se apropriem de conteúdos que as permitem se compreenderem como sujeitos portadores de direitos; promover discussões sobre a integração e efetiva participação nas diversas esferas da sociedade; viabilizar formas de participação nas

quais elas possam se integrar às demais gerações; incentivar a participação delas nas entidades representativas de sua “categoria social”.

Outras discussões são possibilitadas para atingir os seguintes objetivos: discutir e refletir o processo de construção da identidade em seu caráter processual, portanto a o envelhecimento como parte do desenvolvimento humano, no qual se articulam diversos mecanismos psicossociais, contribuir para a construção do desenvolvimento do pensamento crítico e de ações de transformação da realidade social; contribuir para que possam dar novos sentidos as suas vivências.

O processo grupal e as demais atividades das quais essas mulheres participam tem possibilitado o estreitamento dos laços afetivos entre as participantes, delas com os discentes e com a própria atividade do estágio. Observa-se que a intervenção possibilita as trocas de experiências e a busca de superação do estereótipo puramente negativo do envelhecimento. Embora a participação em outros grupos sociais seja uma meta, percebe-se que limitações em termos de garantia de infraestrutura das diversas ordens tornam-se impeditivos para que isso ocorra. No entanto, já participaram de muitos passeios, dos eventos que realizamos com os grupos de adolescentes, mulheres, moradores em situação de rua, usuários de álcool e outras drogas, conferências da cultura e da saúde.

Como resultado dessa atividade verifica-se que o processo grupal tem favorecido que as participantes tenham a possibilidade de se apropriarem de conteúdos que propiciam a reflexão sobre suas histórias de vida e percebe-se a ampliação da consciência psicossocial. Como grupo elas já se organizam para discutir quais os conteúdos que serão abordados durante o ano, reivindicam as atividades que querem que sejam desenvolvidas e mesmo com as constantes trocas de profissionais e entidade gestora das políticas públicas de garantias de direitos naquela comunidade, as idosas lutam para que a atividade desenvolvida pelo estágio de PSC da UNESP não pare e que os convênios sejam realizados.

Na pesquisa que realizamos com o objetivo de comparar a situação psicossocial das (os) participantes do projeto e das (os) que não participam elas nos auxiliaram a construir o instrumento de pesquisa, a

localizar os participantes e em alguns momentos acompanhar a aplicação do questionário.

É importante frisar que este grupo de reflexão e discussão é um ato de resistência destas participantes à condição social na qual estão relegadas. Não é comum vinte idosas (às vezes mais às vezes menos) saírem de suas casas semanalmente para discutir sua situação psicossocial. O processo grupal tem favorecido que elas denunciem os preconceitos sofridos, relatam a inexistência de uma rede de atendimento de acordo com o preconizado nas leis e nas reuniões relatam o descaso das políticas públicas de garantias dos seus direitos.

As dificuldades encontradas na manutenção destas atividades são as trocas de estagiários, elas geram a quebra de vínculos afetivos e sociais nos levando a sempre ter que refazê-los e conviver com a queixa da saudade. Outra questão são os limites que uma vida de “faltas” condicionaram, como elas mesmas dizem. Faltou Educação num grupo de vinte idosas apenas uma sabe ler e escrever. Faltou Saúde o que acarretou que muitas delas apresentam dificuldades para se desenvolverem em algumas atividades. Faltaram leis para coibir a violência contra as mulheres todas relatam terem sido vítimas de muita violência doméstica.

As dificuldades acima são todas relacionadas ao grupo e as contornamos no processo grupal, no entanto temos dificuldades que são estruturais, fruto da forma de organização capitalista. As políticas públicas de garantia de direitos não são implementadas na sua totalidade, não há articulação entre as diferentes políticas e programas. Elas não se concretizaram como Políticas de Estado, portando com as trocas de poder político troca-se os programas descontinuam atividades deixando a população que está envelhecendo cada vez mais vulnerável e em situação de risco, repondo a cada dia a violência sofrida. Enfim a sociedade capitalista não oferece possibilidade de existência de uma efetiva política de direitos humanos e nesse sentido os processos grupais com grupos vulneráveis, além de contribuir para o desenvolvimento da consciência em si, atuam também contribuindo na sua organização enquanto grupos sociais portadores de direitos.

Reiteramos que as atividades desenvolvidas pela Psicologia Social Comunitária junto a grupos vulneráveis, inseridos nas atuais políticas

públicas, têm contribuído para romper o silêncio em relação às questões ideológicas presentes nestes projetos, como conclusão usaremos uma fala recorrente no grupo: “cada vez mais o Estado se desresponsabiliza de democratizar os direitos sociais da população em envelhecimento e o Estatuto do Idoso, neste aspecto, existe só no papel”!

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1969.
- BRABO, T. S. A. M.; REIS, M. dos R. Educação, direitos humanos e exclusão social: a (in) consistência dos conceitos. In: \_\_\_\_\_. *Educação, direitos humanos e exclusão social*. Marília: Gráfica Campos, 2012. p.155-170.
- CIAMPA, A. C. *A Estória de Severino e a História de Severina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DEBERT, G. G. A. *Reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Ed. da USP: FAPESP, 2004.
- DIAS, E. Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. *Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, n. 1, p. 45-52, maio 1998.
- HELLER, A. *Sociologia da vida cotidiana*. Rio: Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- LANE, S. T. M. Psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984a. p.10-19.
- \_\_\_\_\_. O processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984b. p.78-98.
- \_\_\_\_\_. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p.17-34.
- LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livro Horizonte, 1978.
- LOWI, M. *Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTIN-BARÓ, I. *Sistema, grupo y poder. Psicología social desde Centroamérica II*. San Salvador: UCA Ed., 1989. (Colección Textos Universitarios, 10).

\_\_\_\_\_. *Ação e ideologia*. 8. ed. San Salvador: UCA Editores, 1997. v. 1.

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1975. (Textos Filosóficos).

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Tradução e notas Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo editorial, 2004. [Okonomisch-philosophische Manuskripte. Berlin: Dietz Verlag, 1982].

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SADER, E. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da Ditadura à Atualidade. In: SILVEIRA, R. M. G. et. al. (Org.). *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 75-83.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 35-53.

SILVA, N. R. da. *Relações sociais para superação da violência no cotidiano escolar e processos formativos de professores*. 2006. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.